O GLOBO
Publicado em 11/10/2024 - 05:57

Ministros do STF reagem a pacote da Câmara, que deve ter tramitação freada

Dino mantém suspensão de emendas parlamentares

Ministro diz que Congresso deixou de apresentar informações ao STF

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve as restrições ao pagamento de emendas parlamentares até que o Executivo e o Legislativo cumpram as decisões do STF. A decisão foi antecipada pela colunista Míriam Leitão.

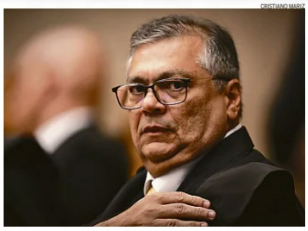
No despacho, Dino afirmou que "permanece inviável o restabelecimento" até que os dois Poderes "consigam cumprir às inteiras a ordem constitucional e as decisões do Plenário do STF", escreveu o ministro.

Uma nova audiência ocorreu ontem, com representantes do Senado, da Câmara, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Dino criticou o fato de que os representantes do Congresso terem informado que parte das determinações será cumprida por meio de um projeto de lei complementar (PLP), que ainda está sendo elaborado. "A Câmara e o Senado limitaram-se a apontar que soluções hão de ser definidas em Projeto de Lei Complementar (PLP), cuja tramitação sequer iniciou", afirmou Dino, que destacou a "imprevisibilidade quanto à apresentação, tramitação e aprovação" da proposta.

O ministro herdou a relatoria da ação, após a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Em agosto, uma primeira audiência de conciliação foi realizada, para discutir se as mesmas práticas do orçamento secreto continuam sendo utilizadas com outros tipos de emendas. Após essa primeira reunião, Dino estabeleceu que as emendas de comissão e os restos a pagar das antigas emendas de relator só podem ser pagas quando houver "total transparência e rastreabilidade" dos recursos. Além disso, estabeleceu que parlamentares só poderão enviar emendas para seus estados de origem, com exceção de projetos de âmbito nacional.

CRISTIANO MARIZ



Restrição mantida. Ministro Flávio Dino: sem avanço no debate de emendas

Depois, em outras ações, Dino também suspendeu todas as emendas impositivas apresentadas por deputados federais e senadores ao Orçamento da União e determinou que as transferências especiais (conhecidas como emendas Pix) precisam ter transparência. Essas decisões foram posteriormente confirmadas pelos demais ministros da Corte.

TCU LISTA 21 PROCESSOS

No âmbito da ação sobre o orçamento secreto, Dino também determinou que a Controladoria-Geral da União (CGU) levantasse os municípios que mais foram beneficiados com emendas do orçamento secreto, entre 2020 e 2023. Ainda seguindo uma determinação do ministro, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou uma lista de 21 processos, em curso ou finalizados, com apuração de irregularidades envolvendo um montante de mais de R$ 10 bilhões em emendas. O documento foi encaminhado à PGR para que a PGR tomasse providências.

As principais irregularidades encontradas até o momento dizem respeito a superfaturamento e sobrepreço (quando o prejuízo não foi consumado) na pavimentação de asfalto, além de desvio de verbas da saúde e irregularidades na execução de obras como praças, campos de futebol e pontes.

Um dos principais alvos das auditorias é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que teve seu orçamento inflado nos últimos anos para atender a barganhas do governo com o Congresso e passou a ser chamada de estatal do Centrão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.